



Relatório da Administração

Usina Paulista Queluz de Energia S.A.

CNPJ nº 06.976.417/0001-70

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.S.as Demonstrações Contábeis relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014. Colocamo-nos à sua disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários. A Administração

Balancos Patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014			
	Nota	31/12/2015	31/12/2014
Ativo circulante		15.007	10.966
Caixa e equivalentes de caixa	5	5.440	1.207
Titulos e valores mobiliários	7	4.921	5.492
Contas a receber	6	4.313	3.745
Impostos a recuperar		296	353
Despesas pagas antecipadamente		8	10
Outros ativos		269.066	275.744
Não circulante		269.066	275.744
Imobilizado	8	268.955	275.950
Intangível	9	111	149
Total do ativo		284.073	286.710

(Em milhares de reais)			
	Nota	31/12/2015	31/12/2014
Passivo circulante		28.156	30.199
Empréstimos e financiamentos	10	11.800	11.750
Fornecedores		2.408	3.901
Salários, férias e encargos sociais		34	81
Impostos e contribuições sociais a recolher	11	875	793
Dividendos declarados - Partes relacionadas	14.1	5.358	2.666
Provisões de constituição de ativos	12	7.670	10.996
Outros passivos		11	12
Não circulante		96.965	109.704
Empréstimos e financiamentos	10	92.246	103.320
Provisões de constituição de ativos	12	4.719	6.384
Patrimônio líquido		158.952	146.807
Capital social	15	126.744	108.944
Adiantamento para futuro aumento de capital - Partes relacionadas	14.1	17.800	14.300
Reserva de lucros		32.208	23.563
Passivo e patrimônio líquido		284.073	286.710

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014			
	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva de lucros
Saldos em 31 de dezembro de 2013	45.182	65.084	889
Integralização de capital através de AFAC	63.762	(50.784)	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-
Dividendos declarados	-	-	-
Reserva legal	-	-	561
Transferência para reserva de lucros	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014	108.944	14.300	1.450
Integralização de capital através de AFAC	17.800	(14.300)	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-
Dividendos declarados	-	-	-
Reserva legal	-	-	567
Transferência para reserva de lucros	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	126.744	-	2.017

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014

1. INFORMAÇÕES GERAIS
A Usina Paulista Queluz de Energia S.A. é uma "Sociedade de Propósito Específico - SPE", tendo como objetivo social construir, implantar, operar e manter as instalações da Pequena Central Hidrelétrica Queluz - PCH, explorando o potencial de energia hidrelétrica do Rio Paraíba do Sul e a atividade de comercialização dessa energia, na qualidade de produtora independente. A Usina encontra-se instalada no município de Queluz - SP, limite entre os Estados de São Paulo e Rio de Janeiro. A sede social da empresa está localizada na rua Gomes de Carvalho, nº 1996, 15º andar, conjunto 151, sala L, São Paulo - SP. A ANEEL através da Resolução Autonzativa nº 139/2004, de 6 de abril de 2004, autorizou a implantação e exploração da PCH Queluz pela empresa Empreiteira Patrimoniais Santa Gisela Ltda. Esta autorização foi transferida para a SPE Usina Paulista Queluz de Energia S/A através da Resolução nº 715/2006, de 3 de outubro de 2006. Através da Resolução nº 1005/2007, de 14 de agosto de 2007, a ANEEL anuiu a transferência do controle societário para Alupar Investimento S/A. A Usina possui duas turbinas com potência equivalente a 15 MW cada. Em 12 de agosto de 2011, através do Despacho nº 3.284, foi liberada a unidade geradora UG2. Em 07 de julho de 2012, através do Despacho nº 2.236, foi liberada a unidade geradora UG1. A Companhia passou a contar com potência instalada total de 30 MW, cuja geração efetiva atende a despacho do Operador Nacional do Sistema - ONS. As atividades de geração e comercialização de energia são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME, e a atividade de operação pelo ONS - responsável por operar o Sistema Integrado Nacional - SIN. A autorização de exploração da Usina vigorará pelo prazo de trinta anos, a contar da data da sua publicação (até 2034).

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A Diretoria da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis em 12 de fevereiro de 2016. **2.1 Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis da Companhia, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que foram aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Companhia adotou os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC e outros órgãos reguladores, que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2015. **2.2 Base de preparação e apresentação:** As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. **2.3 Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de seus ativos e passivos. **2.4 Usos de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. **2.5 Reclasseificação de ativos e passivos:** As demonstrações contábeis foram preparadas com base em informações sobre julgamentos críticos referente as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. **2.6 Reclasseificação de demonstrações contábeis para fins de comparabilidade:** **2.7 Títulos e valores mobiliários:** Para fins de comparabilidade os valores mantidos na rubrica de Títulos e valores mobiliários que constavam no Ativo Circulante em 31 de dezembro de 2014 foram reclassificados para Ativo Circulante em 31 de dezembro de 2015, para alinhamento com as práticas contábeis do Grupo Alupar. **2.8 Custos e despesas operacionais:** Para fins de comparabilidade a TFSEE - Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica que em 31 de dezembro de 2014 era classificada como um Custo Operacional nas Demonstrações contábeis passou a ser classificada como um encargo reductor da Receita Operacional Bruta em 31 de dezembro de 2015, por se tratar de um encargo setorial.

3. SUMÁRIO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente para os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis. **3.1 Ativos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente:** Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação e em seguida pelo método de custo. **3.1.1 Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários:** Caixa e equivalentes e títulos e valores mobiliários são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, sendo apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado. **3.1.2 Contas a receber de clientes:** A Companhia classifica os saldos de contas a receber de clientes como "instrumentos financeiros - recebíveis". Recebíveis são representados por instrumentos financeiros não derivativos com recebimentos fixos, e que não estão cotados em um mercado ativo. Os recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e são ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, por ajuste para redução ao seu provável valor de recuperação ou por créditos de liquidação duvidosa. **3.1.3 Provisão para créditos de liquidação duvidosa:** A provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável, está constituída com base na estimativa das prováveis perdas que possam ocorrer na cobrança dos créditos. O critério utilizado pela administração da Companhia é o de se efetuar análise individual sobre as contas julgadas de difícil recebimento. Em 31 de dezembro de 2015 a administração avaliou não ser necessária a constituição de uma provisão para créditos de liquidação duvidosa. **3.1.4 Provisão para redução ao provável valor de recuperação de ativos financeiros:** Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual indicação de redução no seu valor de recuperação dos ativos (impairment). Os ativos são considerados irrecuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o seu reconhecimento inicial e que tenham impactado o seu valor de recuperação. **3.1.5 Instrumentos financeiros derivativos:** Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante o exercício de 2015 e 2014, incluindo operações de hedge. **3.2 Provisão para redução ao provável valor de realização dos ativos de longo prazo:** A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos de longo prazo com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Companhia não identificou nenhum indicador, através de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado a perdas por redução ao provável valor de recuperação dos ativos de longo prazo. **3.3 Provisões e passivos circulantes e não circulantes:** Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e a mesma é provável que não, que um recurso econômico seja requerido para "salvar" a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações

10. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E ENCARGOS DE DÍVIDAS

O saldo de empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas é composto da seguinte forma:

	Circulante		Não circulante - Principal	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Instituições financeiras/credores				
BNDES	01/01/25	TJLP + 1,93%	289	9.643
BNDES	01/01/25	TJLP + 2,22%	6- 9.354	2.114
FINAME	15/07/18	3,00%	- 43	43
Total	354	11.446	11.800	11.750

Recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES: Em 11 de março de 2009, a Companhia celebrou o contrato nº 08.020975, cujo montante original financiado é de R\$ 114.647, corrigidos à Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP mais juros de 1,93% ao ano e com amortização inicial em 15 de julho de 2010. Em 03 de agosto de 2010, a Companhia celebrou o contrato nº 10.2.0478.1, a título de pleito complementar de financiamento, cujo montante original financiado é de R\$ 27.716, corrigidos à TJLP mais juros de 2,22% ao ano. Tal contrato alterou a data inicial da primeira amortização para 15 de fevereiro de 2011. O prazo de financiamento é de 168 meses e a última prestação dar-se-á em 15 de janeiro de 2025. A Companhia dá ao BNDES em penhor os direitos emergentes da receita Autorização ANEEL nº 139, de 06 de abril de 2004, e subsequentes alterações, além dos direitos creditórios oriundos do Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica - CCVE nº 090/2007, de 16 de outubro de 2007, firmado com a BRF Foods Brasil S/A.

Recursos captados junto ao Banco Itaú BBA S/A:

Os recursos relativos ao FINAME referem-se à cédula de crédito bancário, celebrado em 26 de junho de 2013, o objeto é o financiamento da aquisição de um caminhão modelo ATRON 2729 K/236, cujo montante original financiado é de R\$ 192, pelo subcredito A, com taxa fixa de 3% a.a., equivalente a 0,246627% a.m. O prazo de financiamento é de 34 parcelas, com vencimento em 15 de julho de 2018, com amortização inicial em 17 de fevereiro de 2014. As parcelas relativas ao financiamento (principal mais encargos) atualmente classificadas no passivo não circulante têm os seguintes vencimentos:

2017	2018	2019	2020	2021	Após 2021	Dívida Total
11.445	11.428	11.404	11.404	11.404	35.161	92.246

Os contratos que a Companhia possui com o BNDES estabelecem condições contábeis restritivas que são: a de manter Índice de Capital Próprio (Índice de

monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial. **3.4 Passivos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente:** Os passivos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são deduzidos do custo da transação diretamente relacionado. Posteriormente são mantidos ao custo amortizado. Fornecedores, empréstimos e financiamentos são classificados como empréstimos e recebíveis. **3.5 Instrumentos financeiros - apresentação líquida:** Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.6 Imobilizado:** O imobilizado está registrado pelo custo de aquisição (ou construção mais juros capitalizáveis, menos a depreciação acumulada). A depreciação é calculada com base na vida útil econômica estimada dos bens, pelo método linear, por categoria de bem, nos termos da Resolução ANEEL nº 474/2012. **3.7 Intangível:** O ativo intangível está registrado pelo custo de aquisição deduzido da melhor estimativa de amortização. **3.8 Tributação:** **3.8.1 Impostos sobre vendas:** As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: Programa de Integração Social (PIS) - 0,65%; e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 3,00%; Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido. **3.8.2 Imposto de renda e contribuição social - correntes:** O Imposto de renda e a Contribuição social da Companhia são calculados pelo regime do lucro presumido. **3.9 Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação as demonstrações contábeis tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente. **3.10 Dividendos:** Os dividendos propostos a serem pagos e fundamentado em obrigações estatutárias são registrados no passivo circulante. O Estatuto Social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício seja distribuído aos acionistas a título de dividendos. Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais, a Companhia registra a provisão equivalente a dividendo mínimo obrigatório. **3.11 Reconhecimento da receita:** **3.11.1 Receita de geração de energia elétrica:** A Companhia reconhece a receita de venda de energia elétrica no resultado de acordo com as regras de mercado de energia elétrica, a qual estabelece a transferência dos riscos e benefícios sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. A apuração da energia entregue, conforme as bases contratadas ocorre em bases mensais. **3.11.2 Receita de juros:** A receita de juros decorrente de investimento de curto prazo é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

4. PRONUNCIAMENTOS NOVOS OU REVISADOS

4.1 Novas normas, alterações e interpretações de normas: Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2016. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações contábeis, e não planeja adotar essas normas de maneira antecipada.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2015	31/12/2014
Caixa e equivalentes de caixa:	3	605
Numeração disponível	5.437	602
Aplicações financeiras	5.440	1.207

As aplicações financeiras são de liquidez imediata, sem carência e foram remuneradas, em média, de 75% a 100,8% do CDI em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

6. CONTAS A RECEBER

	31/12/2015	31/12/2014
Circulante	31/12/2015	31/12/2014
Suprimento de energia elétrica	3.988	3.745
Liquidação positiva CCEE	325	3.745
Total	4.313	3.745

7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS - ATIVO CIRCULANTE

	31/12/2015	31/12/2014
Titulos e valores mobiliários	4.921	5.492
Total	4.921	5.492

Referem-se à constituição de conta reserva definida nos contratos de empréstimos da Companhia com o BNDES, com característica de baixa liquidez, e baixo risco de crédito, com remuneração efetiva do CDI de 100% em 31 de dezembro de 2015 e 2014. Esta conta consiste na obrigação de manter, no mínimo, três prestações do financiamento retidas.

8. IMOBILIZADO

A composição e movimentação do ativo imobilizado é a seguinte:

	31/12/2015	31/12/2014
Terrenos	0,039	0,039
Reservatórios, barragens e adutoras	2%	172.769
Edificações, obras civis e benfeitorias	2%	28.085
Veículos e equipamentos	3%	88.843
Móveis e utensílios	6%	36
Total do custo do imobilizado	297.911	142.297.769
Depreciação	31/12/2015	31/12/2014
Reservatórios, barragens e adutoras	(15.903)	(3.602)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(2.531)	(572)
Maquinas e equipamentos	(10.373)	(2.551)
Veículos	(143)	(55)
Móveis e utensílios	(6)	(2)
Total da depreciação	(28.956)	(6.782)
Total do imobilizado líquido	268.955	(6.640)

9. INTANGÍVEL

A composição e movimentação do ativo intangível é a seguinte:

	31/12/2015	31/12/2014
Terrenos	0,039	0,039
Software	1%	85
Outros intangíveis	20%	128
Total do custo do intangível	213	5.208
Amortização	31/12/2015	31/12/2014
Software	(67)	(18)
Outros intangíveis	(43)	(59)
Total da amortização	(110)	(77)
Total do intangível líquido	103	4.431

Demonstrações de Resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto pelo resultado por ação)

	Nota	31/12/2015	31/12/2014
Receita operacional líquida	16	43.502	46.269
Custos operacionais			
Compra de energia elétrica		(10.200)	(13.651)
Custos dos serviços prestados		(4.077)	(3.852)
Depreciação e amortização	8 e 9	(6.775)	(6.776)
Total	17	(21.052)	(24.279)
Lucro bruto		22.450	21.990
Despesas operacionais			
Administrativas e gerais		(431)	(553)
Pessoal		(407)	(523)
Depreciação e amortização	8	(50)	(32)
Honorários da diretoria e conselho de administração		(531)	(446)
Total	17	(1.419)	(1.554)
Lucro antes do resultado financeiro	18	21.031	20.436
Despesas financeiras	18	(8.960)	(8.481)
Receitas financeiras		966	1.117
Total	18	(7.994)	(7.364)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	19	(1.700)	(1.848)
Imposto de renda e contribuição social correntes		(1.700)	(1.848)
Lucro líquido do exercício		11.337	11.224

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações dos Resultados Abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

	31/12/2015	31/12/2014
Lucro líquido do exercício	11.337	11.224
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	11.337	11.224

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

11. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS A RECOLHER

	31/12/2015	31/12/2014
Circulante	31/12/2015	31/12/2014
IRPJ	213	261
CSLL	151	135
ICMS	213	133
PIS	24	26
COFINS	113	119
INSS	50	22
Outros	48	79
Total	875	793

12. PROVISÕES DE CONSTITUIÇÃO DE ATIVO

	31/12/2015	31/12/2014
Passivo circulante	7.670	10.996
Passivo não circulante	4.719	6.384
Total	12.389	17.380

Em 31 de dezembro de 2014 na rubrica de provisões de constituição de ativos estão incluídos o montante de R\$ 6.384 (R\$ 7.529 em 31 de dezembro de 2013) referente à provisão para compensação ambiental. A contrapartida dessas obrigações foram registradas no ativo imobilizado.

13. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

Não existem processos judiciais, administrativos ou arbitrais que, individualmente e na avaliação da administração da Companhia, sejam considerados relevantes para o negócio. As demandas com probabilidade de perda passível de estimativa, em 05 processos de natureza trabalhista, no montante de valor em risco aproximado de R\$ 121. Atualmente, a Companhia também possui uma demanda com probabilidade de perda classificada como possível, sendo

14.2. Garantias

Data da autorização	Órgão autorizador	Empresa garantidora	Contrato	Garantia	Início do contrato	Encerramento do contrato	Valor do contrato em 31/12/2015	Saldo devedor do contrato em 31/12/2015
01/02/08	Conselho de Administração	Alupar	Financiamento - BNDES	Prestação de quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, avais, fianças e penhor de ações	11/03/2009	15/01/25	114.647	85.261
21/07/10	Conselho de Administração	Alupar	Financiamento - BNDES	Prestação de quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, avais, fianças e penhor de ações	03/08/2010	15/01/25	27.716	18.675